



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO SEDESE Nº 12/ 2023.

Dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 46.306, de 12 de setembro de 2013.

A Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do artigo 93, da Constituição Estadual, e, considerando a Lei Estadual nº 20.782 de 19 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de bolsa-atleta e bolsa-técnico no âmbito do Estado e o Decreto Estadual nº 46.306/2013, de 12 de setembro de 2013, que a regulamenta, e, Considerando a necessidade de aprimoramento e fortalecimento da execução da política estadual de esporte, em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º A política de incentivo aos atletas e técnicos no Estado, implementada por meio de concessão de bolsa-atleta e de bolsa-técnico no âmbito do Programa Minas Esportiva, estabelecida no Decreto nº 46.306/2013, observará o disposto nesta Resolução;

Art. 2º Para a seleção dos atletas e técnicos das modalidades olímpicas e paralímpicas serão consideradas válidas as modalidades presentes no programa olímpico e paralímpico do ano de publicação do edital.

Art. 3º As entidades de administração do esporte serão responsáveis por indicar, anteriormente à publicação do edital, as competições de referência que serão adotadas para a inscrição dos atletas e técnicos;

Art. 4º Atletas e técnicos que visam pleitear a Bolsa Atleta e Bolsa Técnico na categoria Olímpico ou Paralímpico deverão comprovar, por meio de declaração oficial da entidade nacional de administração do esporte, a convocação para compor a seleção nacional, ou a justificativa em casos de não competição;

Art. 5º A classificação dos atletas, dentro de cada categoria de bolsa, seguirá a seguinte ordem de critérios:

I - Atletas de modalidades individuais olímpicas ou paralímpicas, em provas ou disputas do programa olímpico ou paralímpico, individuais e por equipe, do ano de publicação do edital, que conquistaram primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência indicada pela entidade de administração do esporte, ou na classificação final da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

II - Atletas de modalidades coletivas olímpicas ou paralímpicas, do ano de publicação do edital, que conquistaram primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência indicada pela entidade de administração do esporte, ou na classificação final da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

III - Atletas de modalidades individuais olímpicas ou paralímpicas em provas não olímpicas ou paralímpicas do ano de publicação do edital, as quais sejam vinculadas ou reconhecidas pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que conquistaram primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência indicada pela entidade de administração do desporto, ou na classificação final da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

IV - Atletas de modalidades coletivas vinculadas ou reconhecidas pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que conquistaram primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência indicada pela entidade de administração do desporto, ou na classificação final da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

§1º - Em igualdade de condições, na categoria Estadual, como critério de desempate serão observadas as categorias superiores da seguinte forma:

I – Primeiro, segundo, terceiro lugar e participação, nesta ordem, na categoria Olímpico ou Paralímpico;

II - Persistindo o empate, primeiro, segundo, terceiro lugar, nesta ordem, na categoria Internacional,

III - Persistindo o empate, primeiro, segundo, terceiro lugar, nesta ordem, na categoria Nacional,

IV - Persistindo o empate, será assegurada preferência ao atleta mais novo;

V- No caso de empate entre dois ou mais atletas, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos atletas empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

§2º - Em igualdade de condições na categoria Nacional, como critério de desempate serão observadas as categorias superiores da seguinte forma:

I - Primeiro, segundo, terceiro lugar e participação, nesta ordem, na categoria Olímpico e Paralímpico;

II - Persistindo o empate, primeiro, segundo, terceiro lugar, nesta ordem, na categoria Internacional;

III - Persistindo o empate, será assegurada preferência ao atleta mais novo.

IV - No caso de empate entre dois ou mais atletas, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos atletas empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

§3º - Em igualdade de condições na categoria Internacional, como critério de desempate será observada a categoria superior da seguinte forma:

I - Primeiro, segundo, terceiro lugar e participação, nesta ordem, na categoria Olímpico e Paralímpico;

II - Persistindo o empate, será assegurada preferência ao atleta mais novo.

III - No caso de empate entre dois ou mais atletas, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos atletas empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

§4º - Em igualdade de condições na categoria Olímpico ou Paralímpico os atletas serão classificados da seguinte forma:

I - Primeiro, segundo, terceiro lugar e ter participado da edição mais recente dos jogos olímpicos e paralímpicos, nesta ordem.

II - Persistindo o empate, será assegurada preferência ao atleta mais novo.

III- No caso de empate entre dois ou mais atletas, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos atletas empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.1 - Obedecidos os critérios de classificação, a distribuição de bolsas por modalidade esportiva seguirá as seguintes limitações:

§1º - Categoria Estadual:

I - Até cinco (05) bolsas por modalidade esportiva. O número de bolsas por modalidade poderá ser alterado caso ainda existam bolsas disponíveis após a distribuição entre os classificados.

§2º - Categoria Nacional:

I - Até cinco (05) bolsas por modalidade esportiva. O número de bolsas por modalidade poderá ser alterado caso ainda existam bolsas disponíveis após a distribuição entre os classificados.

§3º - Categoria Internacional:

I- Até três (03) bolsas por modalidade esportiva. O número de bolsas por modalidade poderá ser alterado caso ainda existam bolsas disponíveis após a distribuição entre os classificados.

§4º - Categoria Olímpico e Paralímpico:

I- Não existe limitação por modalidade esportiva para esta categoria de bolsa.

Art. 6º A classificação dos técnicos, dentro de cada categoria de bolsa, seguirá a seguinte ordem de critérios:

I - Técnico de atletas medalhistas de primeiro, segundo ou terceiro lugar ou participantes em provas/disputas individuais olímpicas ou paralímpicas, nesta ordem,

na edição mais recente dos jogos olímpicos ou paralímpicos, de verão ou de inverno, desde que continue no exercício de sua atividade e pleiteie a bolsa nos termos da Lei nº 20.782, de 2013 e de seu regulamento;

II - Técnico de atletas medalhistas de primeiro, segundo, terceiro lugar ou participantes em competições coletivas olímpicas ou paralímpicas, nesta ordem, na edição mais recente dos jogos olímpicos ou paralímpicos, de verão ou de inverno, desde que continue no exercício de sua atividade e pleiteie a bolsa nos termos da Lei nº 20.782, de 2013 e de seu regulamento;

II - Técnicos com maior quantidade de atletas de modalidades individuais olímpicas ou paralímpicas em provas individuais e/ou por equipe, do Programa Olímpico ou Paralímpico, que conquistaram o primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

III - Técnicos com maior quantidade de atletas de modalidades coletivas olímpicas ou paralímpicas, que conquistaram o primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

IV - Técnicos com maior quantidade de atletas de modalidades individuais olímpicas ou paralímpica, com provas não olímpicas, que sejam vinculadas ou reconhecidas pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que conquistaram medalhas de primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência da categoria de bolsa específica, nesta ordem;

V - Técnicos com maior quantidade de atletas de modalidades coletivas vinculadas ou reconhecidas pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) ou Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que conquistaram medalhas de primeiro, segundo ou terceiro lugar na competição de referência da categoria de bolsa específica, nesta ordem.

§1º - Em igualdade de condições na categoria de Técnico II, os técnicos serão classificados da seguinte forma:

I - Técnicos com maior número de atletas que conquistaram medalhas de primeiro, segundo ou terceiro lugar ou apenas participaram, nesta ordem, na edição mais recente dos jogos olímpicos ou paralímpicos de verão ou de inverno.

II - Técnicos com maior número de atletas que possuem medalhas de primeiro, segundo ou terceiro lugar de nível Internacional, nesta ordem.

III - Técnicos com maior número de atletas que possuem medalhas de primeiro, segundo ou terceiro lugar de nível Nacional, nesta ordem.

IV - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência ao técnico que tiver o atleta mais novo dentro da categoria Técnico II;

V - No caso de empate entre dois ou mais técnicos, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará obrigatoriamente por sorteio em ato público, para o qual todos os técnicos empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

§2º - Na categoria de Técnico I, após os critérios acima a classificação será da seguinte forma:

I - Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência ao técnico que tiver o atleta mais novo dentro da categoria Técnico I;

II - No caso de empate entre dois ou mais técnicos, e após obedecido o disposto acima, a seleção se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os técnicos empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.1 Nos casos de duplicidade de resultados inseridos por dois ou mais técnicos, terá prioridade o(s) técnico(s) dos clubes.

6.2 Nos casos de duplicidade de resultados inseridos por dois ou mais técnicos de clubes a comissão organizadora solicitará ao atleta em questão, ou à entidade de administração do desporto uma declaração informando o técnico responsável pelo resultado na competição.

6.3 Obedecidos os critérios de classificação, a distribuição de bolsas por modalidade esportiva seguirá as seguintes limitações:

§1º - Categoria Técnico I:

I - Até duas (02) bolsas por modalidade esportiva. O número de bolsas por modalidade poderá ser alterado caso ainda existam bolsas disponíveis após a distribuição entre os classificados.

§2º - Categoria Técnico II:

I - Até duas (02) bolsas por modalidade esportiva. O número de bolsas por modalidade poderá ser alterado caso ainda existam bolsas disponíveis após a distribuição entre os classificados.

Art. 7º Havendo saldo orçamentário disponível referente ao programa, no ano da publicação do Edital, poderá ser realizada a convocação de excedentes na lista de classificados. Contrariamente, havendo diminuição no saldo orçamentário, poderá ser reduzido o número de bolsas disponível em Edital.

Art. 8º Fica revogada a Resolução SEEJ nº 88/2013.

Belo Horizonte, 15 de março de 2023.

Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social